



Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO EXTRAODINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 23/06/2020

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, em segunda convocação para a realização da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas às dezoito horas na sala virtual da plataforma Zoom, reuniu-se pelo segmento dos usuários: conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Julia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS-RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes (Associação Cultural Recreativa Águia Negra– ACRAN); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheiro suplente Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro – ACAMURJ); conselheira Monica Fernandes Lahmann (União Brasileira de Mulheres - UBM/RJ); conselheira suplente Euza Cristina Borges dos Santos (União Brasileira de Mulheres - UBM/RJ); conselheiro Marcello Claudio Nunes Deodoro (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e a conselheira suplente Sueli dos Anjos Silva dos Santos (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Lucimar Oliveira Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira Elizabeth Guastini (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ); conselheira Sheila Aguiar Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINFERJ); conselheiro suplente Nelson Robson Mendes de Souza (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED); conselheira Suelen Guimarães dos Santos (Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer – Afinca); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do RJ – SINFITO) e o conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINPSI). Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços: conselheiro suplente José Antônio Alexandre Romano (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Marcia Reis da Silva (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Luciana Ludwig Nigri (Secretaria Municipal de Saúde – SMS) e a conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira

(Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD). Coordenação - Presidência do Conselho: conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes. **Auxílio a Coordenação** – Comissão Executiva: conselheiros(as): Ludugério Antônio da Silva, Neide Maria Neres Tinoco, Júlia Daniela de Castro, Maria Angélica de Souza, Nelson Robson Mendes de Souza, Lucimar Oliveira Nascimento, Luciana Ludwig Nigri e José Antônio Alexandre Romano. **Secretaria Executiva**: Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho. Pauta: **1 – Plano de Reestruturação** da Cidade do Rio de Janeiro em Função dos Impactos da Pandemia da Covid-19 – Apresentação: 40 minutos – **esclarecimentos e discussão** 1 hora e 30 minutos. **2 – Papel das Clínicas da Família** na realização do Teste do Pézinho – 30 minutos. **3 – Discussão e deliberação** sobre a manutenção das atuais representantes do Conselho Municipal de Saúde no COMDOC devido ausências nas reuniões – 20 minutos. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** deu início ao **Ponto 1**. Nesse momento o **Dr. Flávio Augusto Soares Graça** com o assessoramento da servidora da SUBVISA, Letícia Fraga Matos deu início a apresentação do Plano de Reestruturação da Cidade do Rio de Janeiro em função dos impactos da Pandemia da Covid-19, utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Ao final foi aberto o primeiro ciclo de perguntas e respostas. Em relação às equipes da Prefeitura, o **conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza** disse estranhar não ter pessoas de fora nessas equipes, como exemplo: membros do Conselho Municipal de Saúde e representantes dos Centros de Pesquisa da Fiocruz e da Uerj, pois acha muito importante para dar mais visibilidade e também para que haja a participação de outros Órgãos, desde que definem critérios e observem a implementação desse Plano. Salientou que existe dificuldade de realizar testagem em grande quantidade em tempo hábil para ter logo os resultados. Ressaltou que essa mesma situação acontece em mortalidades e internações. Perguntou o que estaria sendo feito para agilizar as testagens porque aguardam os resultados de quinze dias e de um mês atrás. Com a demora desses resultados e sem essas informações será complicado tomar uma decisão rápida. Por isso, é importante ter logo isso já que a fiscalização ainda não vem obtendo êxito, pois percebe a presença de muitas pessoas nos transportes. Perguntou de que modo será feita a fiscalização para melhorar o que está errado evitando o que poderá acontecer. Salientou que será difícil fiscalizar todos os Shopping Centers assim como outros lugares autorizados para funcionar. Finalizando, perguntou como isso será feito? Em relação à indicação de um representante do Conselho Municipal de Saúde para participar dos subcomitês da prefeitura, o **Dr. Flávio Augusto Soares Graça** respondeu que não será problema incluir esse representante no Subcomitê da área da Saúde para que com isso, adquira conhecimento para poder opinar em qualquer decisão que venha impactar alguma questão da saúde no município do Rio de Janeiro. Informou que os representantes dos centros de pesquisa já participam do Comitê Científico opinando e dialogando sobre as questões voltadas a pesquisa e ciência. Explicou que os subcomitês são partes mais executivas, pois possuem indicadores definidos e apenas os acompanham para colocar a questão do impacto em cada mudança de fase. Em relação aos exames, isto é, as testagens, informou que no início da pandemia alguns países realizaram exames em massa, inclusive definiram quem fosse positivo poderia relacionar com outros e ter atividades, enquanto que os negativos não. Entretanto, as pesquisas mais recentes demonstram não haver fundamentação científica para isso porque não sabemos quanto tempo durará a imunidade de uma pessoa que teve Covid-19. Por esse motivo, não podem atestar que existe uma imunidade que proteja a pessoa e que a considere imune a pandemia. Explicou que os testes são utilizados para o acompanhamento e monitoramento da doença na população. Ressaltou as que tiveram Covid-19, teriam feito o PCR, mas quando foram fazer a sorologia o resultado foi negativo ou

vice-versa, ou seja, quando o PCR é negativo na sorologia é também positivo porque existem momentos da doença para se fazer determinados exames e isso poderá gerar falsos resultados. Com o diagnóstico individual não daria para ter uma confirmação plena e total porque poderá gerar falsos resultados. Informou que estão fazendo exames por amostragem da população, até porque o exame é caro e não daria para testar toda a população do município do Rio de Janeiro. Por isso, a amostragem é o modo mais inteligente para fazer isso e contam com a parceria do IBOPE que está fazendo amostragens em áreas vulneráveis para ter um diagnóstico do comportamento em bairros e comunidades. O **conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza** disse que foi isso que perguntou e se teriam o monitoramento das informações em tempo hábil para tomar decisão e também para saber quais são as áreas mais afetadas e as menos afetadas, pois fazer intervenção em uma cidade muito desigual os resultados são diferentes. As medidas a serem tomadas serão diferentes em cada ponto da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, o problema refere-se a demora de ter os dados e a falta de rapidez porque quando os resultados chegam não servem por estarem ultrapassados. Salientou que na fiscalização das atividades teria que ter uma estratégia planejada o que será muito difícil. O **Dr. Flávio Augusto Soares Graça** respondeu que ao final a Dra. Patrícia Guttmann complementarará o comentário com teste já que trabalha diretamente nessa área. Em relação à fiscalização informou que os integrantes da Vigilância Sanitária da Secretaria de Ordem Pública e da Guarda Municipal estarão em um gabinete de crise que atende a diversas demandas. Afirmou que foram realizadas quase cinco mil inspeções nesse período voltadas a Covid-19 com inúmeras multas, sendo que algumas chegam a cinquenta mil reais, além de interdições. Disse que as multas são impactantes e exemplares já que estão discutindo vidas humanas. Entretanto, a fiscalização tem limitações, pois não podem controlar e dar conta das pessoas que burlam a quarentena. Portanto, existem pessoas que não obedecem as regras e que por esse motivo, estão monitorando, multando e fiscalizando. Complementando a fala do Dr. Flávio Augusto Soares, a **Dra. Patrícia Guttmann** fez várias dissertações em relação aos testes. Ressaltou que existe demora na confirmação dos casos e que a realização de testes sorológicos e do teste rápido que mede anticorpos, retratam infecção passada de dois ou três meses atrás. O aumento de casos confirmados dependendo de como teria sido feita essa confirmação, poderá gerar confusão e, por estar testando mais terão mais resultados positivos. Isso será interessante porque estão obtendo uma taxa de letalidade que não faz jus a realidade, pois essa taxa é calculada com base nos casos confirmados. Informou que a mídia sempre se colocou contrária e hoje demonstra ter senso comum e entende que o teste num momento de pandemia tem o papel de fazer o acompanhamento de toda a população e não apenas do indivíduo. Individualmente não haverá diferença se a pessoa será negativa ou positiva. Afirmou entender que o grande número de pessoas que adoecem e contraem a infecção sem ter os sintomas, mas não sabe qual o papel dessas pessoas na transmissão. Sabe que o teste que encontra o vírus demora para estar pronto porque os testes precisam ser feitos em laboratórios especializados e só podem ser colhidos a partir do quarto dia da doença e demoram para ficar prontos. Por isso, os resultados também demoram em termos de atitude individual da pessoa que tem sintomas. Com relação ao teste rápido, disse que só poderá ser feito a partir do oitavo dia da doença. A pessoa, individualmente terá que manter os cuidados para que não dissemine o vírus da mesma forma independente do resultado do teste. Para lembrar a todos, afirmou que os indicadores estão baseados em dados de progressão que não depende de testes e que será a notificação de síndrome gripal que poderá ter um viés quando realizarem mais testes para saber quem serão os positivos que entraram no passado. Explicou que a síndrome gripal refere-se à notificação de qualquer quadro gripal. Sobre o número de óbitos gerais, disse que não esperam os resultados dos

testes por saber que terá uma demora de mais ou menos dez dias. Para tranquilizar a população, disse que as curvas estão diminuindo e que acompanham os testes positivos assim como os testes suspeitos e internações. Então existem vários critérios que estão sendo usados como os primários, que são os sete testes principais além dos testes secundários que acompanham. Foi aberto o segundo ciclo de perguntas e respostas. O **conselheiro suplente José Antônio Alexandre Romano** disse que antes da apresentação colocou no WhatsApp do CMS/RJ, os planos de outras cidades. Disse que o fez para lembrar a todos para terem conhecimento que os planos seguem lógica muito parecida. O município do Rio de Janeiro tem parâmetro técnico para embasar esse Plano. Esclareceu que esse debate teria sido elaborado porque alguns movimentos do país, hoje, afirmam que a economia só poderá ser retomada depois que tiver uma vacina ou tratamento. Entretanto, todos sabem que a vacina poderá demorar muito, mas o Brasil não pode parar economicamente e socialmente durante dois ou três anos. Disse que a retomada com segurança da economia se faz necessária e que hoje, leu o artigo do ex-secretário de saúde onde afirma não haver necessidade de abrir hospitais de campanha na Cidade do Rio de Janeiro porque dentro de vinte e seis dias não haverá necessidade de leitos para a Covid-19. Tecnicamente essa análise concreta foi feita por um membro da Fiocruz em relação ao Plano de retomada. Do ponto de vista das fases, estão sendo muito cautelosos porque podem avançar mais e não haverá necessidade de mais leitos de UTI e leitos de Covid-19 como precisavam antes. Isso já foi constatado por dados concretos do artigo supracitado. Ressaltou que o declínio da pandemia é uma realidade, mas um segundo surto de Covid-19 é uma possibilidade teórica e precisam tomar atitudes concretas e não teóricas, pois a população precisa ter confiança de que sairá da quarentena com o Plano de retomada da mesma forma que entrou mas sabendo que terá problemas por não ter a vacina ou tratamento. Sabe também que haverá críticas ao Plano de retomada e que precisarão despolitizar essa questão. Sobre a questão do transporte coletivo estar lotado, o **conselheiro Carlos Aberto Bessa Menezes** perguntou qual será o motivo da liberação e por que não liberaram a ida à praia? Ressaltou querer saber se tem algum motivo mais técnico para isso. O **Dr. Flávio Augusto Soares Graça** respondeu que a fiscalização do transporte está a cargo da SMTR (Secretaria Municipal de Transporte). Explicou que desenvolveu um protocolo através de uma Resolução Conjunta com a SMTR que inclusive foi publicado. Antes, as pessoas não poderiam andar no ônibus em pé e somente sentadas, mas as mídias começaram a noticiar que tinha pessoas em pé nos ônibus. Afirmou que isso é uma inverdade, pois a pessoa pode estar em pé e a outra estar sentada desde que mantenha um certo distanciamento. Claro que o ônibus não apresenta distanciamento ideal. A Organização Mundial da Saúde fala de uma questão voltada para a aglomeração versus tempo. Se a pessoa fica quarenta minutos ou até uma hora no ônibus de máscara e, se as outras pessoas também estiverem de máscara o risco é um pouco menor. Esse problema no transporte público existe antes da pandemia e obviamente não deixará de ser um problema por causa da pandemia. Por isso, será o desafio que tem para resolver na cidade e que vem de outras gestões e que precisará de uma atenção especial no futuro. Disse que a pandemia não vai resolver isso porque precisará de um esforço um pouco maior. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse que o conselheiro José Antônio Alexandre Romano defendeu melhor a vida e que discorda de uma fala do conselheiro, fala essa concernente aos aspectos políticos envolvidos na questão da pandemia porque uma coisa é apresentar uma análise técnica que está sendo feita e do que poderá acontecer e o que não está acontecendo. Informou que na realidade, hoje, o município do Rio de Janeiro representa o centro da pandemia no Brasil. Ressaltou que estão diante de quadros gravíssimos por causa dos dados que não estão atualizados e que por isso, não condizem com a realidade atual. Esclareceu que seria muito estranho ter planos

para o retorno das atividades sem pensar na vida das pessoas, pois estariam falando de uma questão que está sendo colocada como sendo mais importante do que a vida que é a questão econômica. Disse que todos terão que ser claros nesse aspecto, isto é, ou os conselheiros(as) defendem a vida ou defendem a economia porque está sendo apresentado um Plano de retorno para defender a economia, para começar a reativá-la e para que o comércio seja normalizado. Mas se esquecem que a população precisa de proteção, algo que não está acontecendo e que não ocorre porque se acontecer e se ocorrer o município do Rio de Janeiro será o centro da pandemia, inclusive ultrapassando grandes cidades no mundo. Disse achar infantil falar em despolitizar. Continuando, pediu desculpas ao conselheiro José Antônio Alexandre Romano dizendo que lhe tem apreço, porém acha que a troca de lado estaria afastando-o um pouco da realidade. Disse que as argumentações do conselheiro são válidas desde que estejam calcadas na realidade e não em fantasias porque o município do Rio de Janeiro não está com uma situação privilegiada para reabrir e retornar as atividades econômicas. Informou que existe outra questão, pois é sabido que a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro está recebendo pressões de vários lados para retornar as atividades, mas quem pagará com a vida desse retorno; será a população menos favorecida, será aquela que depende das políticas públicas do município do Rio de Janeiro e que não está recebendo essas políticas públicas a contento, inclusive a saúde foi desmontada nesse e por esse governo municipal. Acha que todos terão que ter isso bem claro em mente, pois não existe uma saúde condizente para a população carioca. Por esse motivo, os conselheiros(as) não podem aceitar que esse Plano de flexibilização siga em frente e se seguir acabará em genocídio da população carioca. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** disse solidarizar com os profissionais gestores já que imagina ser bem difícil defender certas coisas. Afirmou que esteve na gestão da área da Cultura e sabe que muitas vezes o que falava não era exatamente o melhor, mas seria o possível. Disse quando chegou ao Conselho Municipal de Saúde em janeiro desse ano, pensava o que esperariam dela como controle social, como conselheira representante dos usuários. Sobre a apresentação, questionou os métodos e a gestão que trouxe vinte e um dias depois o mesmo documento que teria sido apresentado para a imprensa. Pensou que de certa forma não estaria sendo tratada como uma conselheira pouco capaz de compreender com profundidade algumas coisas. Disse achar que os componentes do fórum, no caso a plataforma Zoom, que estaria bastante qualificada. Por isso, os conselheiros(as) merecem ter mais profundidade nas análises, pois a falta disso deixa um pouco sem compreender o objetivo. Disse aos membros da gestão que eles poderiam ter trazido um material mais qualificado e como representa as pessoas (usuários), que as pessoas não saberiam antes do que constaria nesse Plano de retomada e nem sobre como seria a quarentena porque as pessoas não conseguem perceber que estão no contexto desse Plano de retomada. Nesse momento, a conselheira parou de falar. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse que teria ocorrido algum problema técnico com a conselheira. Retornando, a conselheira afirmou que teria mais um minuto e meio para reordenar e concluir sua fala. Por sua vez, a conselheira Neide Maria Neres Tinoco não conseguiu fazer uso da palavra. Prosseguindo, explicou que a conselheira Neide Maria Neres Tinoco enviará por escrito as perguntas para serem lidas. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** afirmou ter acompanhado a apresentação quando observou uma controvérsia muito grande porque a pandemia não teria atingido o pico e que na palestra foi dito que o pico estava descendo com a linha da curva. Isso não é verdade já que a pandemia continua se espalhando. Disse que só estavam discutindo a liberação do isolamento e acha isso complicado porque tem a parte econômica versus vidas. Portanto, é fato e devem preservar a vida. Perguntou como fariam isso e citou como exemplo os bares superlotados, principalmente na

área de favela onde não existe fiscalização. Com isso, obviamente, aumentará a pandemia e também o número de óbitos e de infectados. Outro complicador refere-se aos hospitais de campanha que não funcionam a contento prejudicando a saúde das pessoas. Perguntou devido a isso como se dará na fase de liberação do isolamento, pois os trens, os ônibus e as barcas estão superlotados. Indagou qual a realidade desse isolamento e da liberação? Questionou se terão isolamento que mantenha a vida das pessoas? Porém, pelo que está percebendo as pessoas não serão preservadas, conforme teria sido dito pelo prefeito com a seguinte frase: “nós temos que cuidar da saúde das pessoas”. Só que esse cuidado da saúde das pessoas não quer dizer que terá que liberar o isolamento agora porque o motivo é que a pandemia está aumentando a cada dia, inclusive os números mostram isso. Disse que isso é uma insensatez por parte, obviamente, da Secretaria Municipal de Saúde e que os conselheiros(as) que representam os usuários junto com os conselheiros(as) profissionais de saúde devem unir-se aos conselheiros(as) gestores/ prestadores de serviços para discutir um modo melhor para fazer essa liberação. Essa liberação se não for prejudicial para o povo que está na ponta morrendo; porque a ansiedade da liberação faz o povo ir às ruas e aos bares. Finalizando, disse que isso teria que ser melhor elaborado pelos gestores, aliás também pelos conselheiros(as) e não apenas pela gestão. Ressaltou que o compromisso de todos será fazer isso da melhor maneira possível. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** informou que teve um pico de luz e não pode continuar. Prosseguindo com a fala inicial, disse que objetivamente quer convocar todos para fazer uma reflexão em relação ao Conselho Municipal de Saúde. Qual será a expectativa que o CMS/RJ terá em relação a gestão e qual será a expectativa da gestão? Será que os conselheiros(as) simplesmente apoiam as políticas, pois acha que a relação da gestão muitas vezes seria apenas de comunicar. Em seguida, dirigindo-se aos conselheiros(as) indagou qual será o papel deles diante dessa demanda, pois acha que a gestão e os conselheiros(as) como coletividade perderam o discurso. As pessoas estão indo às ruas porque existe uma descrença geral de que o Poder Público resolve essa questão. Mas se existe a descrença, o papel dos conselheiros(as) é de recuperação. Indagou se existe uma forma para que o Conselho Municipal de Saúde possa influenciar nessa recuperação da confiança de que é necessário seguir o conjunto de situações para que possam manter as condições de vida porque as pessoas terão que trabalhar a partir do momento que tiver a reabertura e quem poderá ficar isolado? Perguntou se a prefeitura voltará a trabalhar presencialmente porque os Órgãos Públicos vão reabrir seus postos de serviços administrativos, o que acha pouco provável. Se eu posso trabalhar, também posso me divertir e que isso seria um pouco da lógica da população também. A seguir o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** fez a leitura da primeira pergunta da conselheira Neide Maria Neres Tinoco a saber: “importante que todas Unidades de Atenção Básica já estivessem preparadas para atender diretamente, pois isso otimizaria o atendimento e o enfrentamento. Essas unidades estão abastecidas com testes e pessoal devidamente treinado? A conselheira deseja saber se as Unidades de Atenção Básica que farão os testes estão abastecidas e com pessoal treinado”? Como havia dito anteriormente a **Dra. Patrícia Guttmann** respondeu que o teste não muda a conduta de tratamento individual. O tratamento é sintomático com indicação de internação ou realização de exame de tomografia quando houvesse indicação, acompanhamento clínico sintomático e orientação para o distanciamento social. Disse que existe setenta e sete fóruns de testagem nas dez CAP's e que se destinam a testes conforme a orientação do Ministério da Saúde que preconiza que os testes são para pessoas que tiveram sintomas a partir do oitavo dia e no início dos sintomas porque não adiantaria fazer esse teste antes. Os testes são para os profissionais de saúde, profissionais de instituições de longa permanência como idosos e pessoas que coabitam com profissionais de saúde e

profissionais da segurança. Ressaltou que teria estendido este teste também para professores e profissionais da educação, além de qualquer pessoa que tenha comorbidade. Afirmou também que estão realizando testes e fazendo inquéritos para saber como a comunidade estaria se comportando. Explicou que estão fazendo os testes em dois bairros e em quatro comunidades. Mas existe um estudo do Ministério da Saúde feito pela Universidade de Pelotas que também está fazendo inquéritos no Rio de Janeiro com amostras bem menores do que a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro. Informou que o estudo da SMS está validado por ter uma amostra muito representativa. Disse que é importante lembrar que estão colhendo PCR de todos os pacientes internados. Esclareceu que o PCR é um teste diferente, ele detecta a presença do vírus e deverá ser feito do terceiro até o sexto ou sétimo dia. Informou que esse teste é feito pelo Laboratório Lacen que é o laboratório de referência no Rio de Janeiro. O teste é colhido pelas unidades de internação para que os membros da SMS acompanhem os resultados. Tanto a Vigilância Sanitária, tanto as CAP's e assim como a Vigilância Central estão acompanhando os casos notificados. Existe uma quantidade de testes bons fornecidos pelo Ministério da Saúde mas perceberam que faltava um teste ideal porque o teste PCR detecta a presença do vírus e só poderá ser feito a partir do terceiro dia e que não poderia ser feito em qualquer lugar porque não é um teste rápido. O teste rápido é feito na hora e só poderá ser feito a partir do oitavo dia e isso não ajuda a manter o isolamento. Entretanto, esse teste rápido será importante para estarem acompanhando o comportamento da doença, da pandemia na Cidade do Rio de Janeiro como um todo, pois é importante para a coletividade embora não fará diferença individualmente. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** leu a segunda pergunta da conselheira a saber: “o CDS da AP 5.2 pediu os números de casos de Covid-19 no território da Coordenação de Atenção Primária e a Coordenação de Emergência”. Porém, essas Coordenações não estão dando respostas ao Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2. Além dessas, outras informações foram solicitadas pelo CDS da AP.5.2, mas não foram fornecidas. O representante da Secretaria Municipal de Saúde que se faz presente poderia responder o por quê dessa falta de colaboração e de informação? Acredita até que outras AP's estejam passando pelo mesmo problema, ou seja, a falta de respostas e de comunicação entre o CDS da AP 5.2, a CAP e o CER. A **Dra. Patrícia Guttmann** respondeu que o painel Covid é o painel referenciado, pois quando acessarem o “site” da prefeitura observarão um painel com dados que foram colocados da terceira ou quarta semana. Explicou que os dados são atualizados pela Vigilância Sanitária toda segunda-feira. Esse painel mostra os números de casos, os números de testes PCR, os números de testes rápidos realizados, os números de casos novos e os números de óbitos por área programática. Trata-se de dados públicos. Pediu que encaminhasse ao Conselheiro Municipal de Saúde a questão certa, ou seja, se é referente a dados ou pacientes internados. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** informou que a conselheira Neide Maria Neres Tinoco pediu os dados específicos do território da AP 5.2. A **Dra. Patrícia Guttmann** disse que a AP 5.2 pode ser vista no Painel Covid que traz os bairros por CAP's no “site” do painel da transparência: <https://www.rio.rj.gov.br/web/transparencia/coronavirus>. Nesse “site” existem dados de transparência e dados da Vigilância Sanitária que são atualizados semanalmente por um boletim com dados de todas as Áreas Programáticas. Porém, se a dúvida continuar tentarão esclarecer de outra forma. A **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento** disse que o discurso do isolamento não se tratava de questão política e nem de polarização, mas sim de preocupação com a saúde do povo carioca. Ressaltou que não está muito satisfeita com a apresentação já que esperava algo mais específico para os conselheiros(as) porque quase todo dia recebe notícias sobre o isolamento, seja no privado ou seja através dos jornais televisivos que informam como a flexibilização estaria sendo feita e o que seria

justamente o que tinha sido apresentado. Agradeceu a presença do Dr. Flávio Augusto Soares Graça e informou que, hoje, leu uma matéria onde diz que durante a flexibilização no último final de semana, houve aumento dos casos embora a prefeitura alega que os testes demoram quinze dias para ficar prontos. Acontece que esses resultados são os testes que levaram quinze dias para ficar prontos. Então todos percebem que a questão dos testes não está funcionando bem para se ter o mapeamento da situação. Sobre os transportes, disse que o prefeito teria liberado as pessoas para viajar em pé, porém é algo que acontece sempre. Informou que agora ocorreu um problema com os trens da SuperVia e que estão lotados; piorou porque houve mudança nos ramais o que deixou os trens mais lentos e com mais lotação. Enfim, todos estão piorando e percebe que os conselheiros(as) contavam com a boa vontade das pessoas de não ir a praia que está lotada no final de semana, de não ir ao bar beber chopinho. Era isso que a prefeitura estava contando até o momento. Sobre a fiscalização, disse que nunca teria visto fiscalização na Cidade do Rio de Janeiro. Em relação à Vigilância Sanitária, informou que acontecem muitas situações dentro das unidades de saúde como infiltração e outras mais. Com isso, os conselheiros(as) percebem que a fiscalização da Vigilância Sanitária dentro das unidades de saúde é muito falha, aliás, todas as fiscalizações são falhas. Tudo no município do Rio de Janeiro é falho e contam com a sorte das pessoas para terem coerência de usar máscaras, terem coerência de que trabalhará mas depois não tomará chopinho e nem irá a praia. Os conselheiros(as) estão contando com essa coerência, apenas isso. Não existe outra resposta, pois se aumentar como o prefeito divulgou, teremos a chegada de novos respiradores, de novos tomógrafos. Enfim o que faz falta é o material humano porque os profissionais continuam morrendo, continuam adoecendo e continuam em afastamento. Entretanto, contam com aparelhos que não funcionam sem o profissional, além de contar com o bom senso de boa parte da população embora acredita que não colaborará. Nesse caso poderiam dizer que se tivesse uma polarização, pois tem alguém “lá em cima” dizendo que é um “viruszinho”, enquanto os profissionais alertam que é muito mais que isso. Finalizando, disse ser contrária a essa flexibilização porque acredita que haverá uma segunda onda que talvez seja pior mas espera que isso não se dê porque quer viver e deseja para as pessoas que conhece estejam com vida já perdeu algumas. A título de esclarecimento a **Dra. Patrícia Guttmann** explicou que os indicadores que será usado para acompanhamento dessa retomada não dependeria de testes por saber que não existe um teste ideal. Os indicadores de vigilância indicam a variação de óbitos por Covid-19, mas esse dado não se refere a morte confirmada e sim ao óbito de sepultamento que é feito em tempo real e que não precisa esperar os quinze dias. Informou que as curvas estão variando em relação aos óbitos confirmados por notificação e as curvas estão exatamente iguais mas é porque existe uma demora de notificação o que faz parte. Os números de casos notificados de síndrome gripal que também não precisam ser confirmados, além das taxas de leitos e de internação. Afirmou que dissertou sobre isso porque a conselheira Lucimar Oliveira Nascimento teria falado da questão dos testes. Respondeu que o teste não tem essa finalidade. Por isso, não usarão testes para isso e finalizando disse que o ideal seria um teste rápido de PCR que detecta o vírus e não o teste de anticorpos. O **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** indagou o motivo de terem criado grupos de trabalho na prefeitura sem a participação de membros do Conselho Municipal de Saúde. Perguntou também se os conselheiros(as) podem contribuir com esses grupos porque na sua visão podemos. Além disso, questionou em todas as reuniões sobre os acontecimentos na AP 5.1, na Zona Oeste, referente ao hospital de campanha. Mas “graças a Deus”, o prefeito se fez presente em dia de sábado para fazer a inauguração de uma clínica da família. Depois o prefeito garantiu que na Policlínica Manoel Guilherme da Silveira Filho, onde foi instalado um tomógrafo, teria a abertura de vinte e quatro leitos.

Perguntou quem poderá explicar como será o funcionamento dos vinte e quatro leitos a nível da Covid-19? A **Dra. Patrícia Guttmann** pediu para repetir a pergunta. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** explicou que a primeira pergunta refere-se a participação de membros do Conselho Municipal de Saúde nos grupos, no subcomitê da Prefeitura. Ressaltou que o Dr. Flávio Augusto Soares Graça teria respondido que bastava enviar o nome desde que fosse escolhido por seus pares para ser adicionado como representante no subcomitê da Secretaria Municipal de Saúde. A pedido, o **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** repetiu a segunda pergunta. Disse que o prefeito anunciou em dia de sábado, durante a inauguração de uma clínica da família, que abrirá vinte e quatro leitos para atendimento de pessoas com a Covid-19 na Policlínica Manoel Guilherme da Silveira Filho. Perguntou quem poderá dar a explicação de quando será o dia, a hora e quando será a inauguração? E ainda, qual será especificamente esses atendimentos? A **Dra. Patrícia Guttmann** respondeu que será um atendimento para pacientes com possibilidades de complicação. Será aquele paciente que não poderia garantir que ficará bem em casa sozinho ou que deixasse de tomar os remédios para pressão e para a diabetes. Esse tipo de paciente ficará em leito de baixa complexidade e em observação para ser acompanhado nos primeiros dias da doença, pois caso piore já estaria sendo assistido. Em relação a inauguração, a **Dra. Cláudia Lunardi** explicou que o processo está sendo finalizado pelo RH porque será necessário definir o número de médicos. Finalizando, disse que a inauguração será no final da semana. O **conselheiro distrital da AP 5.2 Aldair Sales** informou ser preciso elaborar um planejamento orçamentário para saber quanto será gasto na saúde pública do município do Rio de Janeiro. Disse que precisarão planejar e estudar para fazer um orçamento para a saúde do ano seguinte, caso não esteja enganado. Continuando, indagou o por quê de não ter sido feito um plano de isolamento que contasse com a prefeitura, com a polícia militar, com a guarda municipal e com as forças armadas além da mídia para fazer a divulgação? Que teria faltado um pouco de comunicação porque tem um plano para retomada gradual, porém não tem um plano de isolamento para combater o coronavírus. Disse que no início teria um plano feito durante a pandemia e perguntou por que não teria sido elaborado um plano antes da pandemia pensando em um planejamento? Finalizando, perguntou por que não tem um plano de isolamento da população para que diminua a curva o mais rápido possível? O **Dr. Flávio Augusto Soares Graça** informou que foi cogitado a questão do isolamento total que consiste em proibir qualquer pessoa que não esteja realizando uma atividade essencial de sair à rua. Inclusive alguns pesquisadores e várias pessoas da mídia questionaram o por quê dos governos estaduais não terem realizado um confinamento total e real. Disse que o confinamento total feito por alguns municípios e algumas capitais não surtiu os efeitos desejados porque enquanto servidores públicos só podem fazer o que a lei permite e que não haveria dispositivos legais a nível federal, estadual e municipal para multar ou prender pessoas. Para não desrespeitar a lei, a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro elaborou o Decreto 47.282 que permite fazer bloqueio das áreas que oferecem maior risco. Informou que esse bloqueio regionalizado surtiu muito efeito e que no dia primeiro de julho, data da reabertura da retomada gradual as mídias noticiaram que o nível de transmissão era de 2,3 a 2,5. Depois de certo tempo de flexibilização essas mesmas mídias noticiavam nível de 1,1 ou seja, mais da metade do que era antes da flexibilização e que seria um sinal característico de que os indicadores da Secretaria Municipal de Saúde são obtidos direto na raiz de detecção dos casos na fonte. Informou que teriam constituídos inúmeros laboratórios, inclusive pela Vigilância Sanitária através de decretos da SMS e resoluções que liberou temporariamente o “drive thru” para os laboratórios privados e farmácias para fazerem exames. A partir desse momento o número de exames teria aumentado consideravelmente em menos de um mês. Ressaltou que os

estacionamentos de shoppings estão sendo alugados para fazer esse serviço. Informou ainda que a concorrência teria feito o preço do exame diminuir. Em relação aos laboratórios, afirmou que estão obrigados a entrar no Sistema para notificar todos os resultados e que agora começaram a aparecer nas fontes oficiais; fontes essas que serão utilizadas pelos pesquisadores para colocar os indicadores. Hoje, estão observando o resultado de um grande número de exames que foram disponibilizados e que estão sendo notificados agora. Exames esses que não tinham há seis meses. Por isso, ressaltou que existe uma transmissão e que também podem ter uma nova onda, mas isso está sendo monitorado diariamente pela Secretaria Municipal de Saúde pelo motivo de que a responsabilidade de uma nova onda seria da Secretaria Municipal de Saúde até porque o prefeito equipou todas as unidades de saúde a ponto de ceder equipamentos para inúmeros municípios no intuito de suprir as suas deficiências e de forma indireta amortizar os impactos da Rede Municipal de Saúde já que pessoas de outros municípios utilizam-se dessa rede. O **conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza** disse que no Plano da prefeitura sentiu muito a falta de planejamento futuro e caso liberem mais locais, evidentemente precisarão de mais transportes cada vez mais em cada fase e flexibilizando mais locais o sistema de transporte ficará sobrecarregado. Informou que a precarização da saúde prejudicou a ação dos profissionais de saúde e a ação dos funcionários, além de provocar problemas nas UPA's. O problema foi o desmonte da APS com o fechamento de unidades de saúde. Salientou que o SINMED recebe queixas de pessoas doentes, de pessoas que não receberam salários, inclusive em relação ao déficit de médicos qualificados de CTI. Perguntou o que está sendo feito para melhorar o aporte de pessoal qualificado? Salientou que deveriam monitorar não só a Covid-19 além de outras doenças porque estão observando um aumento dessas doenças. Por isso, terão que observar a necessidade de leitos para essas pessoas. Informou que o Hospital Universitário Pedro Ernesto desativou as salas de Covid-19 para atender pessoas com outras doenças. Ainda em relação à liberação, perguntou se a prefeitura forneceria máscaras para todos, seja para profissionais de saúde, seja para o povo em geral, inclusive nos locais de transporte. Em relação a lotação nos transportes, em especial dos ônibus, disse que ao aumentar o congestionamento os passageiros ficarão mais tempo dentro do ônibus e ao entrar mais passageiros aumentará a chance de contaminação. Sobre os indicadores, perguntou qual deles será usado para preparar o retorno ou diminuir a flexibilização com todos os CTI's lotados, com aumento do número de casos e com aumento no número de mortes, pois será importante saber dessas coisas para tomar uma decisão. Sobre a questão fundamental, explicou que além de discutir com quem será analisado é ter um Órgão estratégico externo que possa verificar isso. Finalizando, informou que existem vários institutos e várias universidades que podem ajudar. Resumindo: 1- disse existir a necessidade de uma observação externa. 2- necessário um planejamento de abertura em relação aos transportes que cada vez mais fica pior e, o que será feito em relação ao número de pessoas e como ficará o tempo das pessoas nos transportes. 3- o planejamento não apenas para a Covid-19, mas para pessoas que são tratadas de outras doenças. 4- como serão analisados os momentos de retorno, ou seja, o que será determinante para esses momentos e se terão uma idéia de como se dará essa retomada. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** fez a leitura da terceira pergunta feita pela conselheira Neide Maria Neres Tinoco a saber: "o prefeito teria mostrado grande quantidade de materiais e equipamentos ampliando assim o parque tecnológico da SMS. Ao mesmo tempo disse que está doando materiais comprados com o dinheiro do município do Rio de Janeiro para outros municípios como Nova Iguaçu, além de ter feito doação para o Hospital Mário Kroeff, por exemplo. Por isso, pergunta se todas as unidades de saúde tanto hospitalares como de Atenção Básica estão devidamente equipadas com respiradores, tomógrafos e

outros”. Disse que em Guaratiba, localizada na AP 5.2 é um verdadeiro deserto sanitário. Informou que o CMS Alvimar de Carvalho, localizado em Pedra de Guaratiba precisa urgentemente receber tomógrafo, Rx, enfermaria e outros da mesma forma como recebeu o CMS Belisário Penna localizado em Campo Grande. A população de Guaratiba agradece. A seguir fez a leitura da pergunta feita pela Senhora Marylane Vaneli a saber: “gostaria de ser informada quando as Unidades Básicas de Saúde voltará a atender os usuários que padecem de outras doenças”. A **Dra. Patrícia Guttmann** disse que a Dra. Cláudia Lunardi poderá responder amplamente todas as questões expostas. Sobre a questão da retomada das agendas, disse entender que nesse momento será importante que se faça o acompanhamento de outras doenças já que todas as unidades de saúde estão planejadas para ter respiradores, embora algumas não terá respiradores e tomógrafos. Sobre a formação de intensivistas é um desafio por ser uma especialidade que necessita de plantões contínuos. Por isso, muitos médicos não a desejavam. Em relação a doação de equipamentos, disse que ao conseguirem que os municípios vizinhos também passassem a atender cada um sua demanda porque o atendimento da Rede da prefeitura também irá melhorar. Explicou que mais ou menos trinta por cento da demanda do município do Rio de Janeiro vem de outros municípios. Sobre a retomada das agendas de outras doenças e de outros procedimentos teriam sido suspensos. A **Dra. Cláudia Lunardi** explicou que antes quando não tinham uma posição oficial da retomada fizeram uma reunião para saber se seria possível postergar durante noventa dias qualquer atendimento por causa da pandemia. Adiar esses procedimentos durante cento e oitenta dias seria muito difícil porque teria um agravamento natural de doenças crônicas que necessitam dos especialistas. Informou que antes da prefeitura decidir sobre a retomada das atividades de forma gradual, a equipe técnica fez uma reunião exatamente inversa por saber quais as especialidades que seriam as principais e que deveriam ser retomadas apesar da não autorização. Explicou que não poderia ficar seis meses sem dar a oportunidade de acesso ao nefrologista porque é esse nefrologista que definirá quem entrará em terapia renal substitutiva e que irá para a hemodiálise. Explicou que isso refere-se a agravamentos de doenças crônicas as quais dificilmente não tinham. Com o Projeto de retomada, as consultas ambulatoriais que hora estejam remarcadas desde março a partir de dezoito de junho elas serão legitimadas. O motivo é para que muitas policlínicas, muitos CMS e alguns hospitais estejam começando o atendimento a partir de dezoito de junho para as consultas marcadas via SISREG que foram remarcadas de março para junho, julho e agosto. Salientou que a Resolução informa que a pequena gama de serviços teria começado em dezoito de junho e que uma quantidade maior de serviço começaria em primeiro de julho e outra começaria dia dezoito de julho. Também informou que existe um planejamento para os hospitais dedicados ao combate a Covid-19, como o Hospital Municipal Ronaldo Gazola e o Hospital Federal de Bonsucesso que além de retomarem parte de suas atividades, destinassem pequenas alas para a internação de pacientes com a Covid-19 e, assim o ambulatório dessas unidades poderá retornar. Esclareceu que nova Resolução foi republicada hoje pela manhã no Diário Oficial da prefeitura e apresenta uma novidade que a anterior não apresentava ao informar que os serviços de odontologia foram retomados em junho. A título de informação, explicou que todos precisarão conviver com o coronavírus até que seja elaborada uma vacina ou um procedimento eficaz porque cada um terá que pensar que esse vírus poderá estar ao seu lado de forma gradual. Todos precisarão introduzir várias mudanças em suas rotinas até porque não poderá ter vinte pacientes agendados em um ambiente pequeno entre sete da manhã até onze da manhã, pois estarão aglomerados mesmo usando máscaras. Ressaltou que esse será o novo normal do qual falavam. Retomando a pergunta das agendas, informou que essas agendas foram remarcadas para junho e estão mantidas, inclusive

orientou todas as unidades de saúde para que fizessem uma reprogramação a partir desse momento para que suas agendas tenham um número menor de pacientes. Explicou que essa orientação é obrigatória para evitar aglomeração de pacientes na sala de espera. Como a lógica havia mudado, os pacientes agora chegarão em horários diferenciados em número menor e de forma natural. Afirmou que isso passará a fazer parte do novo comportamento ainda que se trabalhe de mais tempo em horário estendido. Disse que tudo isso estava sendo feito e efetivamente começou o ambulatório no dia dezoito de junho, mas não com todas as especialidades, porém uma boa parte começará no dia primeiro de julho. Ressaltou que os hospitais da rede própria como o Hospital Municipal da Piedade e o Hospital Municipal Jesus etc, naquilo que não havia sido interrompido, começarão em dezoito de julho porque precisam reprogramar o fluxo, a diminuição de aglomeração de pacientes, verificar agendas de retorno e não só agendamento de primeira vez. As cirurgias eletivas ainda não foram autorizadas no início da retomada, pois essas cirurgias são aquelas que esperam ser marcadas como por exemplo: cirurgia de fimose, vasectomia e outras que não foram autorizadas na volta da retomada mas que não impede o médico(a) de atender seu paciente para saber se esse paciente pode ou não fazer a cirurgia. Respondendo sobre a questão da apresentação, o **Dr. Flávio Augusto Soares Graça** esclareceu que se tratava de uma apresentação oficial que consta na legislação vigente. Disse que a apresentação foi mostrada em diversos lugares e não apenas na imprensa. Em relação ao Plano de retomada, algumas pessoas acham que parece um ato irresponsável e respondeu que o Plano foi realizado com base em critérios técnicos e dados científicos por profissionais responsáveis pelo Sistema de saúde municipal. Existe uma responsabilidade enorme e estão monitorando dia a dia os indicadores. Isso torna transparente todos os indicadores, todo o monitoramento para fazer a mudança de fase. Sobre o monitoramento de exames, disse que as mídias noticiaram, hoje, os dados das pesquisas da Secretaria Municipal de Saúde que monitora através de exames, o comportamento da enfermidade em áreas de vulnerabilidade social. Informou também que estão monitorando os taxistas, principalmente usando o critério daqueles que fizeram mais viagens durante a pandemia e que por isso, estão realizando exames onde encontram índice em torno de cinco por cento e quase sessenta por cento de indivíduos assintomáticos. Ressaltou ser uma doença nova que muitos estão aprendendo como a mesma através da apresentação oficial. Finalizando, disse que estarão sempre disponíveis para trazer mais informações aos integrantes do Conselho Municipal de Saúde. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse ser um bom Plano, mas que trazia algumas preocupações como por exemplo, as pessoas nas ruas. Também o Metrô onde viaja e está superlotado. Perguntou como será essa fiscalização e agradeceu a todos pela apresentação. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** explicou que o conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza fez duas propostas. A primeira é para que os conselheiros(as) escolham um membro do Colegiado para participar do subcomitê da SMS com relação ao acompanhamento do Plano. Por precaução em caso de falta será escolhido um titular e um suplente. A segunda é de criar uma comissão dentro do Conselho Municipal de Saúde para elaborar um documento sintetizando o posicionamento dos conselheiros(as) em relação a tudo que foi colocado nessa reunião, inclusive para buscar mais esclarecimentos. Em seguida fez os encaminhamentos e com o resultado foi aceito as duas propostas e os dois nomes em vez de um, ou seja, um titular e um suplente. Após um breve debate e falas de apoio, os voluntários se apresentaram. Colocada em votação foi aprovada pela maioria simples a comissão abaixo constituída paritariamente para elaborar documento síntese com posicionamento a respeito do primeiro ponto da pauta e apresentá-lo na próxima reunião da Comissão Executiva. Do segmento usuário foram aclamados o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** e a **conselheira**

Julia Daniela de Castro. Do segmento Profissional de Saúde foi aclamado o **conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza** e do segmento gestor/prestador de serviços foi aclamada a **conselheira Luciana Ludwig Nigri**. Em seguida, colocada em votação foi aprovada pela maioria simples os representantes titular e suplente do Sindicato dos Médicos (SINMED), sendo titular o **conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza** e como suplente a **conselheira Valeska Holst Antunes** para participarem do Subcomitê de Acompanhamento do Plano Covid-19 da prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Prosseguindo, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** deu início ao **Ponto 2**. Nesse momento, a Gerente de Saúde da Criança e do Adolescente, **Ana Paula Daltro** com a assessoria da coordenadora dos Ciclos de Vidas da SMS, **Fernanda Prudêncio** deu início a apresentação referente ao papel das Clínicas da Família na realização do Teste do Pézinho utilizando-se de recursos audiovisuais e comentários explicando-os. Ao final foi aberto o primeiro ciclo de perguntas e respostas. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que estava ocorrendo uma preocupação nas unidades básicas de saúde em relação à pandemia informando ter recebido denúncia de que estava em curso uma paralisação parcial dos atendimentos nessas unidades de saúde. Informou que participou de uma reunião do governo do Estado do Rio de Janeiro onde os representantes do Conselho Estadual de Saúde lhe disseram que ocorreu uma queda de dezoito por cento no atendimento. Perguntou se realmente ocorreu essa queda? A **coordenadora Fernanda Prudêncio** informou que ao monitorarem a Rede Municipal de Saúde observaram uma redução de pessoas nas unidades de saúde, principalmente de pessoas que tem comorbidades sérias como hipertensão, diabetes etc e que deixaram de comparecer a sua consulta de rotina. Por isso, estão preocupados com essa redução e elaboraram notas técnicas que mantêm e entendendo a necessidade de proteção ao atendimento para as mulheres que tinham dado a luz há pouco tempo e que por isso, ficam em situação de risco frente a Covid-19. Disse que procuram organizar uma nota técnica que contemple a continuidade dessa assistência para que estimulando a pessoa a comparecer à unidade de saúde, que também complementem essa assistência em visita domiciliar, caso a pessoa tenha receio de ir a unidade de saúde. Por esse motivo, elaboraram fluxos de proteção para a entrada e saída. Por exemplo, as pessoas com síndrome gripal terão um lugar próprio para atendimento para evitar de contaminar as que tomaram vacina etc.. e, pensando nisso, mantiveram o teste do pézinho e a vacinação numa agenda normal. No primeiro momento, mantiveram a consulta da primeira semana e a consulta de um mês também numa agenda normal. Entretanto, as consultas subsequentes de puericultura depende de avaliação da equipe de saúde. Se a criança tiver alguma necessidade especial manterão a agenda, mas se for uma criança que não tenha nenhum tipo de complicação, esse intervalo de avaliação será ampliado justamente para evitar que essa criança não vá tanto a unidade de saúde, mas o calendário vacinal se manterá normal. Com isso, procuram mediar e equilibrar entre a questão da disposição e também mantendo a agenda de proteção da criança. Informou ter recebido e lido o material da reunião do governo do Estado do Rio de Janeiro. A preocupação é que em todo o Estado do Rio de Janeiro teria unidades de atenção básica de saúde que foram fechadas por causa da Covid-19, mas houve outras questões que conseguiram mediar no município do Rio de Janeiro. Acha que por isso ao observar a curva de atendimento a cada mês, isto é, dos meses de janeiro até maio que permanecem equilibradas ao manter a média de cobertura. Saliu que a preocupação da redução é legítima, pois isso ocorreu em alguns municípios. Contudo, no município do Rio de Janeiro conseguiram manter sem prejudicar o atendimento, inclusive continuam monitorando para que isso não aconteça. Para que não haja dúvidas, a redução do percentual de coleta se deu no Estado do Rio de Janeiro e não no município do Rio de Janeiro. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** indagou caso já tivesse acontecido

qual seria a providência? A **coordenadora Fernanda Prudêncio** disse que pelos dados que tem essa curva, ainda não teria caído tanto que conseguiram manter o atendimento com algumas providências como a orientação dada aos membros da Rede Municipal de Saúde, explicando a necessidade de fazer buscas, de fazer coleta do teste do pézinho por visita domiciliar. Explicou que não houve em nenhum momento a orientação de fechamento de unidade de saúde. Através do teste do pézinho perceberam que não ocorreu redução da cobertura, porém em outras áreas ocorreu a redução de atendimento, mas com o teste do pézinho e as vacinas isso não teria acontecido. A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** informou que o teste do pézinho é muito importante para detectar doenças raras como a imune cistinúria e a fibrose cística. Quando o Senhor Cristiano Silveira, presidente do Instituto Brasileiro de Atenção a Fibrose Cística lhe repassou os dados de janeiro até maio que indicava uma redução de 18,6% do teste do pézinho em relação ao mesmo período de 2019, que ficou bastante preocupada com esses dados. Porém, com a apresentação entendeu que esses dados foram colocados a nível estadual e entendeu que no município do Rio de Janeiro foi mantido o teste do pézinho e acha que não utilizava o recurso do Correio que é mantido, provavelmente por outros municípios. Daí a dificuldade porque o Correio também em alguns setores parou as atividades. Disse que se sente satisfeita e mais tranquila com a apresentação enfatizando a importância dessa busca por esses pacientes porque uma simples dieta restritiva para quem tem problemas metabólicos, evita uma série de consequências funestas como situações de deficiências irreversíveis e até óbitos prematuros. Elogiou a equipe por ter conseguido manter essa curva e que pensassem nessa busca por causa da pandemia porque precisa abranger também as pessoas que por algum motivo não podem chegar nas unidades de atenção básica de saúde. O **conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza** informou que fará algumas indagações: 1- perguntou se tecnicamente o teste do pézinho poderia ser colhido dentro da própria maternidade e as vacinas nesse período poderiam ser aplicadas na própria maternidade evitando que a paciente fosse a outra unidade de saúde porque tecnologicamente isso não seria possível, mas tecnicamente poderia ser assim. 2- pediu um melhor diálogo entre as maternidades das clínicas de família o que facilitará muito isso, pois muitas vezes o médico da CF não sabe que o paciente pertence a CF e teria que ser feita uma lista de todos os pacientes daquela área para que fossem comunicados que o neném já nasceu e foi liberado mas teria que fazer um exame em “x tempo” e que será agendado; inclusive isso consta no protocolo de trabalho e que agilizaria. 3- sobre o número de exames do teste do pézinho a ser feito em clínicas particulares pediu que verificassem se realmente essas clínicas particulares estão fazendo estes exames. Sugeriu uma enquete em uma maternidade com mostragem para saber o número de mulheres que possuem plano de saúde e se este permite que elas façam esse exame e também a vacinação o que seria importante. Informou que antes muitas mulheres faziam esse exame através de plano de saúde e com a decadência financeira devido à crise, a grande maioria passou a fazer esse teste no setor público ou de repente muitas não o faziam, mas que começaram a fazê-lo. Pediu mais atenção a isso porque poderia estar por agora acontecendo, tendo em vista, que a vacinação do sarampo foi uma catástrofe porque não vacinavam. De repente no teste do pézinho ocorreu um relaxamento, pois são doenças raras e poderiam não estar fazendo. Seria importante fazer um trabalho de pesquisa para saber realmente se o percentual de trinta por cento que não era feito, estava sendo feito em outro lugar ou não e que depois verificassem o percentual dos que não foram feitos, além de ver o perfil dessas pessoas para fazer uma ação porque provavelmente são pessoas que mais precisam fazer esse teste. Também indagou se haverá condição técnica de fazer na maternidade e não havendo fariam uma ligação entre as maternidades e as clínicas de famílias. Disse que algumas clínicas da família ficaram sem maternidade, mas

existem vários lugares que tem e que poderiam fazer um intercâmbio fácil com a maternidade. A **gerente Ana Paula Daltro** respondeu que o teste do pézinho pode ser feito na maternidade, tanto que a maternidade realiza nos recém-nascidos que ficam internados. Entende que essa criança tem que estar sobre o domínio da equipe. Ela vai a unidade de saúde para fazer a primeira consulta de puericultura que sempre preconizam e que deveria ser feito na primeira semana de vida. Esclareceu quando a criança entra na unidade de saúde para fazer imunização que é a BCG e o teste do pézinho, como enfermeira já fez a puericultura e também a primeira consulta do puerpério dessa mãe. Com isso, consegue fazer tudo de uma vez. Explicou quem estivesse na unidade de saúde, seja o enfermeiro ou o médico da equipe que está acompanhando; que conseguisse visualizar se a criança tem dificuldade de sugar o leite da mãe e se está ganhando peso. É muito importante que o profissional da Atenção Básica verifique tudo isso. O **conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza** disse que ela não teria entendido antes o que dissera, mas por ser médico de família tem que ter esse teste e que aproveitassem a oportunidade da mãe estar na maternidade para fazer o teste. Caso essa mãe não fosse a maternidade perderia a chance de vacinar a criança e de ser orientada. Como a mãe estava na maternidade aproveitaria para fazer o teste e depois encaminhá-la para a unidade de saúde. Essa mãe teria então duas alternativas. Essa visibilidade, de repente, poderia reduzir esse percentual de 30% porque o fato da mãe ir para a clínica da família seria algo óbvio, pois essa unidade organiza todo o sistema, mas como está na maternidade e tendo a oportunidade que é um ponto nevrálgico da APS, com essa condição e tecnicamente não fosse complexo porque não fazer antes da mãe sair ou receber alta da maternidade e depois reencaminhá-la a unidade de saúde. De qualquer jeito a criança teria tomado as primeiras vacinas e feito o teste do pézinho e feito o básico caso não suma de repente. Continuando, a **Gerente Ana Paula Daltro** informou pelo que teriam colocado na apresentação achou que a estratégia teria dado certo e não que fosse uma estratégia que não pudesse ser levada em conta, pois é assim que trabalham. Também na pandemia trabalham com estratégias que foram colocadas na apresentação. Em relação a deixar que as maternidades façam o teste do pézinho explicou que o efeito das estratégias foram bons já que conseguiram fazer o acompanhamento. Por isso, acha que nesse momento não precisam deixar esse teste a cargo das maternidades, mas caso precisem as apoiadoras das áreas terão aval para fazer esse teste. Para isso, faz reuniões periódicas com essas apoiadoras e estão em contato com o pessoal das maternidades. Em relação ao gerente saber da alta, que têm as altas referenciadas onde o gestor e o gerente da unidade de saúde sabem quando essa mãe teria tido alta da maternidade. Para isso, esse gerente recebe uma notificação via e-mail informando sobre a alta dessa mãe, ou seja, a saída dela da maternidade. Tudo isso é feito para que ele saiba que a mãe e o bebê saíram e que estavam de alta da maternidade. Existe sim esse contato e se perguntam se todos os gerentes verificam essa saída e responde que gostaria que verificassem, inclusive, porque a ferramenta a ser utilizada já existe. Complementando a fala da coordenadora Fernanda Prudêncio acha que o teste do pézinho tem que estar realmente integrado à Rede Municipal de Saúde. Como toda linha de cuidado da criança, ela precisa ter essa interface entre maternidade e a unidade de Atenção Primária de Saúde muito bem trabalhados. O teste do pézinho tem uma particularidade e caso esteja errada que a corrigissem porque a hora ouro de coleta deve ser feita entre o terceiro e quinto dia de vida com a mãe amamentando. Se a criança nasceu num dia e não começou a ser amamentada, começaria a contar a partir do segundo dia porque em muitas vezes a criança já teria recebido alta. Como trabalha em maternidade, informou que um recém-nascido recebe alta com 48 horas de vida se não tiver alguma intercorrência. Essa criança já teria recebido alta dessa maternidade e que por isso, a importância da Atenção

Primária de Saúde (APS) fazer esse acompanhamento à equipe e ter conhecimento da sua lista de gestantes, ter a idéia de quando a criança vai nascer e fazer realmente essa busca. A orientação foi dada a todos os profissionais, pois a gestante terá que ser bem orientada no pré-natal, bem orientada na maternidade, bem orientada nessa alta porque na condição de enfermeira de ponta ao dar alta para alguém diz exatamente o dia em que essa mãe deverá ir ao posto de saúde. É uma ação que dependerá de iniciativa da família. Essa família deve ser muito bem orientada, muito bem esclarecida da importância do teste do pezinho. Por isso, tem que ser muito trabalhado em todas as frentes de atendimento da mãe e da puérpera depois que o bebê nascer. O pai também tem que ser orientado porque nesse momento, esquecem muito do pai. Chamar o pai para conversar e explicar o que seria o teste do pezinho, pois acha também que vai qualificar mais essa busca. Acha que teria também a questão do tempo da coleta. A **gerente Ana Paula Daltro** elogiou a coordenadora Fernanda Prudêncio pela fala do tempo da coleta que é super importante, pois teriam que estender a internação dessa mãe e dessa criança. Informou que tem toda uma estrutura de buscar e não mandar pelo Correio porque teriam que mexer com a estrutura do hospital e ver como seria realizado isso porque não querem perder tempo em resultado com essa criança. A **coordenadora Fernanda Prudêncio** disse que quando criança ficava internada por algum motivo, talvez por infecção e a maternidade é quem faz essa coleta. Foi aberto o terceiro e último ciclo de respostas e perguntas. O **conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes** disse que dissertaria sobre o que já havia dito no início da reunião, principalmente o teste do pezinho. Ressaltou que seria claro em sua fala, mas que não a tomassem por crítica e sim como uma observação sua. Explicou que as Unidades Primárias de Saúde, principalmente as localizadas no bairro de Bangu não funcionam desde 2019. Hoje, não existe mais a questão da atenção domiciliar e nem dos ACS. Em seguida fez um encaminhamento em relação à fiscalização das unidades de Atenção Primária de Saúde (APS), que considera importante. Disse achar que a comissão de fiscalização da APS tem muito trabalho nesse ano e que, por várias vezes, tentou convidar essa comissão para participar e debater a retomada porque essa retomada envolve a Atenção Primária em Saúde (APS), que está muito sucateada. Informou que inauguraram uma clínica da família que não tem médicos. Disse que esteve na Clínica da Família Fiorello Raymundo para conversar com a gerente para saber se a unidade estava funcionando e fazendo o teste do pezinho e a gerente garantiu que está funcionando. Pediu então que o Presidente do CDS da AP 5.1, Senhor Ludugério Antonio da Silva encaminhasse a CAP 5.1 o relatório referente aos acontecimentos no bairro de Bangu, mais especificamente o da Rua do Açafreão onde está localizada a CF Fiorello Raymundo para saber se essa clínica da família está funcionando porque a gerente disse-lhe que estava, mas parece que não está. Citando seu exemplo, disse que há dois anos está sem consulta. Informou que na Clínica da Família Fiorello Raymundo que é a unidade de referência do bairro de Bangu, existe apenas dois médicos e que apesar de estar tudo difícil não informam se essa unidade está ou não funcionando. Em relação a outro assunto, disse que muitos teriam falado sobre a questão técnica da saúde, mas não falaram da questão técnica social. Explicando o porquê disso; disse que estão atravessando um momento em que é difícil controlar o cidadão, o indivíduo devidamente porque não existe uma cultura educacional de promoção e prevenção à saúde. Como parte da sociedade que não obedece e queria que fizessem uma ação coercitiva onde teriam que observar mais essa questão social e tentar trazer para a ponta um planejamento para que as pessoas tenham o entendimento do que significa prevenção e promoção à saúde porque o discurso sempre repetido seria que a população não obedece, não cumpre no caso da pandemia as determinações dos governos. Perguntou quando foi que essa população teve as devidas iniciativas de promoção a educação e conscientização para promover essa consciência de

promoção ou prevenção a saúde? A **conselheira Márcia Reis da Silva** salientou que foi extremamente importante a apresentação de hoje pela equipe da Coordenação de Linhas de Cuidados, especialmente da Gerência da Criança porque é importante esse retorno sobre quais seriam as estratégias que vem sendo adotadas no ano de 2020 para que não percam a condição de acompanhar as prioridades na atenção primária para além das questões da Covid-19. De alguma forma todos se sentiam alentados com esses dados e são dados que reflete a existência de um cuidado extremo em relação a garantir que não deixaram de acompanhar essa criança. Essa primeira consulta, especialmente do puerpério são fundamentais para traçar o nosso plano de cuidados em relação ao binômio garantir a vacinação e garantir o aleitamento materno. Enfim, uma série de situações que surgem. Agora quando a Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes trouxe a questão da denúncia de que as unidades de saúde não estão atendendo é porque sabe que houve uma redução no número de atendimentos na Atenção Primária em Saúde e isso é fato porque estuda esses números sistematicamente até porque acompanha isso nos Sistemas de informação. Tem o SISAB, Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica que mostra uma queda no número de atendimentos. Acha que num momento como esse que foi oportunizado hoje nessa reunião, precisa acontecer mais vezes trazendo outras linhas de cuidados para discorrerem, no caso, sobre hipertensão, sobre diabetes, sobre as questões relacionadas ao bebê e sobre a hanseníase para que possam perceber que estratégias são essas que os componentes da Atenção Primária em Saúde estão adotando para ao menos reduzir ou buscar a redução do impacto desses indicadores de saúde nesse momento que estão atravessando em relação a pandemia. Essa é a preocupação de todos nós, a de poder promover esse nível de diálogo nesse espaço que é fundamental no Conselho Municipal de Saúde, inclusive para pensarem em estratégias como o conselheiro Carlos Aberto Bessa Menezes teria falado sobre o que os conselheiros(as) precisavam fazer nas áreas programáticas, uma vez que existe dados que demonstram esse ou aquele padrão de dificuldade porque é nesse momento que todos tem que se unir nesses processos, pois sabe que existem vacâncias nas equipes. Isso também é fato e precisam estabelecer estratégias com a que fora trazida pela Gerência da Criança de poder monitorar esse processo para minimizar os grandes problemas que podem ser causados a partir da ausência dessas ações que estão acontecendo na APS. Nesse ponto disse concordar com a fala da Gerente Ana Paula Daltro e com a fala da Coordenadora Fernanda Prudêncio que nesse momento é uma ação que precisa acontecer na APS de uma forma global. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** perguntou aos conselheiros(as) se teriam alguma proposta em relação a esse ponto e se estavam satisfeitos com as explicações e com os esclarecimentos dados. Como nenhum conselheiro(a) apresentou proposta, disse que teria entendido que os esclarecimentos foram suficientes. Sobre o teste do pézinho, informou que a primeira a trazer essa situação ao CMS/RJ foi a conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa porque esse problema teria surgido no Estado do Rio de Janeiro. Em relação ao teste do pézinho entendeu que as técnicas profissionais envolvidas no assunto examinariam as situações sugeridas através da plataforma Zoom como aconselhamentos, sugestões e propostas. Contudo, não percebeu da parte dos conselheiros(as) nenhuma proposta concreta em relação a isso. Finalizando essa parte, agradeceu a gerente Ana Paula Daltro e a coordenadora Fernanda Prudêncio por terem colaborado dando informações e respostas. As palestrantes agradeceram pela contribuição de todos. **Ponto três:** Discussão e deliberação sobre a manutenção das atuais representantes do Conselho Municipal de Saúde no COMDOC, devido ausências nas reuniões. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** fez um breve esclarecimento sobre o COMDOC. Ao final, informou que seria preciso escolher um titular e um

suplente que fosse da mesma Entidade. Em relação ao pedido da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida, via chat do Zoom, esclareceu que as comissões temáticas podem funcionar e manter contato com a Secretaria Executiva e com a Comissão Executiva, pois se puder ajudarão. Pediu publicamente que na próxima reunião ordinária, a Comissão Executiva colocasse as comissões como ponto de pauta por dois motivos: 1- porque precisam complementar as comissões devido ao fato de que alguns conselheiros(as) não estão participando de comissões. 2- para saber se essas comissões estão funcionando plenamente. Logo após foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que é uma comissão importante, mas muitos conselheiros(as) reclamam de não ter informações sobre documentação ou algo parecido e gostaria que essa comissão permanecesse, mas para isso faltam os componentes para fazê-la funcionar desde que tenham de fato tempo hábil para participar. Em relação a outro pedido da conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida, via chat do Zoom, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** disse que as reuniões do CMS/RJ em relação ao calendário, sofreu modificações por causa da pandemia e que dentro do possível manterão os dias das reuniões ordinárias que estão no calendário para que as mesmas aconteçam. Sobre as reuniões extraordinárias, informou que não foram colocadas no calendário por justamente não terem data fixa, ou seja, essas reuniões extraordinárias poderão acontecer a qualquer momento. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** disse que gostaria que discorresse um pouco mais dessa comissão. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** deseja saber quem foi a titular dessa comissão. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** informou que a titular foi a conselheira Sônia Maria do Nascimento enquanto que a suplente foi a conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa. Esclareceu que a conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa teria uma agenda “pesada” e na época aceitou ser titular, porém não conseguiu. Com relação ao Comitê, disse que não tem muito o que falar mas a Decreto que criou esse Comitê propõe criar formas que visem a facilitar o acesso à população, principalmente a população mais carente como certidão de nascimento, carteira de identidade, além de ferramentas que possibilite que isso aconteça e que talvez possam até confeccionar a carteira de identidade digital. Informou ainda que esse Comitê não pertence ao Conselho Municipal de Saúde mas a prefeitura. Disse que vários setores da própria prefeitura participam desse Comitê. Nesse Comitê seus membros se reúnem uma vez ao mês, recebem convite para participar, mas o CMS/RJ não tem participado. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** pediu que esse ponto fosse colocado na pauta da próxima reunião e que contasse com a participação de um componente da prefeitura para explicar como será o funcionamento dessa comissão e o que se propõe para que os conselheiros(as) tenham uma noção de como essa comissão é importante para o povo. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** concordou com a solução proposta pelo conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes porque queria muito conversar com a conselheira Sônia Maria do Nascimento na próxima reunião ordinária para entender o que teria acontecido com ela. Em seguida fez várias indagações a Secretaria Executiva a saber: 1- quais são os comitês, os conselhos, as representações, os fóruns e outros espaços que o Conselho Municipal de Saúde tem assento. 2- quais são os nomes dos conselheiro(as) que estão nesses lugares, nesses determinados fóruns. 3- se esses lugares, se esses espaços, se essas representações, se esses fóruns e se esses comitês teriam uma agenda fixa desse processo e, se a Secretaria Executiva poderia informar sobre isso para que os conselheiros(as) se programem, se capacitem e se organizem antes de ir a esses locais. Finalizando, sugeriu que esses assuntos sejam pautados na próxima reunião. Sobre as ausências da conselheira Sônia Maria do Nascimento nas reuniões virtuais do CMS/RJ e nas reuniões do COMDOC, o **Secretário Executivo David**

Salvador de Lima Filho respondeu não saber o que estava acontecendo, mas caso não esteja enganado a conselheira não teria participado de nenhuma reunião virtual pós pandemia. Comentou não saber o que a impedia de participar dessas reuniões, mas que fará contato via Whatsapp para saber o que estava acontecendo e se teria alguma forma dela participar da reunião do CMS/RJ, caso fosse possível. Prosseguindo, explicou que ao participar de algum evento ou algo similar procura antes saber quais são as regras. Sobre o Comitê de Mortalidade Materna, disse que alguns conselheiros(as) novos querem fazer parte desse Comitê. Esses nomes foram encaminhados para esse Comitê. Disse que seria um pouco de falha de comunicação, tanto da parte desse Comitê como da parte dos conselheiros(as) que teriam aceitado participar. Por exemplo, que perguntassem com quem poderia falar. Sobre as informações solicitadas a Comissão Executiva do Conselho, informou que seus integrantes estão sobrecarregados por não conseguir planejar todas essas coisas. Em seguida pediu aos servidores da Secretaria Executiva que disponibilizassem as comissões e os comitês que Conselho Municipal de Saúde participa em sua página. Sobre os comitês e comissões disse que pedirá a eles que disponibilizem também os horários, os dias das reuniões e ainda os calendários fixos de suas respectivas reuniões para ser inserido também na página do Conselho Municipal de Saúde. A **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida** afirmou que teria tentado buscar informações sobre o Comitê de Mortalidade Materna, mas ao acessar a página do Conselho Municipal de Saúde não tinha nenhuma informação sobre esse comitê. Disse que os conselheiros(as) são voluntários e que não poderiam ser responsabilizados por não terem essas informações. Disse ainda que a Gestão teria que mudar isso para que como conselheiros(as) façam o controle social. Entretanto, concordou que se coloque informações na página do Conselho de Saúde. Lembrou que semana passada tentou acessar o link dessa mesma página para ter informações do Relatório da 13ª Conferência Municipal de Saúde, mas estava dando erro e que tentou acessar várias vezes, mas o “link” não estava carregando. Prosseguindo, solicitou aos conselheiros(as) que pensassem o modo de como os integrantes do Conselho Municipal de Saúde poderiam se comunicar através da página acima citada. Informou que não seria uma crítica aos integrantes do Conselho Municipal de Saúde, mas acha que precisam facilitar de certa forma e se dispôs a ajudar auxiliando e organizando a página do Conselho Municipal de Saúde de modo que os conselheiros(as) encontrem com mais facilidade as informações que procuram. Disse que não estava apenas criticando tanto que se colocou a disposição para ajudar. Finalizando, pediu que verificassem o “link” da 13ª Conferência Municipal de Saúde que não estava funcionando na semana passada. A **servidora Carmem Sasaki**, via chat do Zoom, afirmou que teria acabado de acessar o “link” referente ao Relatório da 13ª Conferência Municipal de Saúde. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** respondeu que poderia ser um problema passageiro já que teria sido corrigido, mas que mesmo assim irá verificar. Com relação às informações da página, esclareceu que não são integrantes do Conselho Municipal de Saúde e que não controlam o “link” da página, pois apenas solicitam que sejam incluídas as informações. Informou que na semana passada solicitou aos responsáveis pelo “link” da página que fizessem modificações das informações ali contidas porque o acesso à página teria que ser o melhor possível e que mais tarde pedirá que coloquem as informações pela ordem de data, ou seja, as mais novas e depois as mais antigas porque o que desperta um interesse maior são as informações mais recentes. A título de esclarecimento a **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que a competência do Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria Executiva é em relação às comissões do CMS/RJ. Quanto ao comitê de ética, disse que foi um direito adquirido para que o Controle Social entrasse. Esse comitê tem uma organização, tem uma agenda elaborada ao final do ano. Portanto, fica muito difícil o CMS/RJ rediscutir o que já é

discutido com eles. Os representantes do comitê simplesmente pedem, mas o conselheiro não é obrigado a comparecer. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** respondeu que pedirá a esses comitês que passem as informações sobre o funcionamento, sobre o calendário de reunião, sobre o horário, sobre o dia, etc..Claro que a organização é dos comitês mas os conselheiros(as) como representantes nesses comitês podem interferir ao participar dessa comissão sobre qualquer situação. Prosseguindo, salientou ser o primeiro a concordar que o trabalho dos conselheiros(as) é voluntário. Sobre a página do Conselho Municipal de Saúde, lamentou não ter o controle direto da página porque depende de outras pessoas para fazer isso. Disse que os conselheiros(as) podem criar um “blog” ou uma página em que os próprios conselheiros(as) controlem e divulguem mas isso exige manutenção além de outras séries de coisas porque manter uma página aberta não é fácil. Sobre a proposta feita pelo conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes, respondeu que tentará trazer um representante do COMDOC para participar da próxima reunião ordinária a fim de esclarecer do que se trata. Em seguida, perguntou se os conselheiros(as) estavam de acordo com a proposta de trazer um representante do COMDOC para participar da próxima reunião ordinária. Colocado em votação a proposta foi aprovada pela maioria simples. Logo após agradeceu a colaboração de todos e conforme prometido, solicitou a conselheira Luciana Ludwig Nigri para se apresentar. Com a palavra a **conselheira Luciana Ludwig Nigri** informou que é a nova Coordenadora Geral de Controle e Avaliação, Contratualização e Auditoria que é ligado a Subsecretaria de Regulação da SMS. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezoito horas e trinta e oito minutos e eu, **Marcelo Dionízio Gomes** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente do CMS/RJ Maria de Fátima Gustavo Lopes.

Marcelo Dionízio Gomes

Maria de Fátima Gustavo Lopes